



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

**A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM VITÓRIA DA CONQUISTA SOB A ÓTICA DOS
FARDAMENTOS ESCOLARES: 1930 A 1960**

Adriana da Cruz Viana
(UESB)

Ana Palmira B. S. Casimiro
(UESB)

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar sobre a história da educação sob a ótica do fardamento escolar no município de Vitória da Conquista - Ba, entre as décadas de 30 a 60 do século XX, como um rico instrumento de análise. Simboliza uma tentativa de desvendar a trama sobre o uso do fardamento como instrumento ideológico que passa a ser usado pela sociedade, ao longo a história, como mecanismo de funcionalidade, ordem, passividade e principalmente de disciplina de corpos e comportamentos, e, portanto, transformadora de mentalidades. É neste contexto que o uniforme escolar não pode ficar isolado do conjunto do sistema da realidade material da escola, ele alarga a compreensão da dinâmica cultural e valoriza a topografia social de uma determinada realidade social. Além disso, procura aproximar fragmentos históricos que remontem falas, vivências, lembranças e a História da Educação em Vitória da Conquista, uma vez que pouco foi pesquisado sobre esta temática na região do Sudoeste da Bahia. Como suporte teórico metodológico será utilizado conceitos de História Cultural, como uma nova tendência das pesquisas historiográficas do séc. XX. Nessa abordagem, aspectos particulares são percebidos como um conjunto, vistos com diferentes metodologias de trabalho como uso de memória, relatos orais e imagens. Surge nessa perspectiva novos objetos de análise da realidade, dentre os quais destacamos os fardamentos escolares, não apenas visto em sua singularidade, mas contextualizado numa realidade global dos acontecimentos. Alguns autores são importantes como Hunt, Chartier, Souza, Halbawachs, Cardoso e Vainfas e algumas categorias de análise de Foucault. Neste sentido, investigar o uso dos fardamentos escolares em Vitória da Conquista implica remontar no presente à mentalidade de uma época, as teias de ações e relações constituídas, o sentido social das roupas, a sua utilização para categorizar idades, estilos, profissões, sexos, sociedades, festas, posição e papéis sociais. Entender a cultura de uma sociedade e da escola pela análise de um de seus elementos, é um dos meios possíveis para se perceber as dimensões dessa mentalidade.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

INTRODUÇÃO

Como outros artefatos utilizados de forma individual ou coletiva, a roupa surge para suprir as necessidades básicas e imediatas do ser humano. Seja para o seu convívio social (para garantir maior conforto, proteção ou produtividade) ou para servir culturalmente de abrigo e acolhimento no grupo em que vive. A relação de um hábito cultural qualquer, inclusive o do uso da roupa somente pode ser analisada a partir do sistema a que pertence.

Sabe-se que foram, primeiramente, as dificuldades impostas pela natureza, como as mudanças de temperatura, que fizeram com que o *Homo Sapiens* buscasse proteger o seu corpo, envolvendo-o com coberturas protetoras, ocorrendo o rompimento com a nudez. O homem primata utilizou as peles de animais que lhes serviram de alimento para se proteger do frio. Esta primeira iniciativa em atender às necessidades básicas de proteção do corpo é o que, em seu desenvolvimento, chamamos hoje de roupa. O processo arcaico de proteção, pela cobertura do corpo, tem muito pouco vínculo com o que se configura no séc. XXI, a construção do vestuário e de sua importância numa sociedade mais complexa (SOUZA, 2004).

A vestimenta que, no início, tinha um caráter predominantemente utilitário, hoje expressa vários significados, tanto sociais como artísticos, religiosos, estéticos, etc. Nasce, portanto, dessas primeiras iniciativas o que hoje se tornou um rico e complexo objeto de análise, que pode ser explorado e aproveitado por aqueles que buscam compreender a sociedade e suas estruturas. O vestuário pode servir de base analítica de um vasto universo em que perpassam várias etapas da vida humana e das organizações sociais, sobretudo da escola. Ele pode informar sobre hábitos, tecidos, evolução tecnológica, ofícios, e, ainda, sobre a mentalidade de uma época que expressa um tempo na história.

Junto com a fundação do hábito de vestir, que representa uma necessidade básica criada e recriada sempre, e institucionalizada pelo homem em sua história,

este fato traz consigo uma linguagem própria que diferenciava e identificava diversos grupos, pelo tipo de tecido ou dimensão, ornamento e/ou matéria utilizada em sua confecção. Neste sentido nasce a linguagem da aparência, ou seja, a moda que passa a distinguir elementos de uma mesma categoria social.

Nesse contexto, o vestuário passa a agir como um classificador hierárquico, que, tendo nos povos primitivos o seu ponto de partida, diferencia os líderes, os sacerdotes, os curandeiros, os mestres, os aprendizes, dentre outros, dos indivíduos comuns daquelas sociedades; ou destas em relação a castas, tribos e outras formações diferenciadas que vão se conformando socialmente.

A finalidade de ordem prática inicial do vestuário de proteção, pudor e adorno começam a desaparecer e passa a ser representada por modos mais complexos e sofisticados, representando o que serve para proteger, cobrir ou adornar. O vestuário por si mesmo, passa a ser um sistema de significação.

Não há dúvida que as vestimentas mudaram muito no último século. É importante lembrar que tais mudanças representam e comprovam de maneira evidente o caráter dinâmico da cultura, em uma de suas expressões – a roupa – e indica mudanças no comportamento. Por meio de um elemento – o modo de vestir – é possível identificar facilmente o modo como determinada sociedade pensa e age.

Nesta perspectiva é que o uniforme escolar, como vestuário que tem história e significação social, torna-se o nosso foco de análise para o qual seu significado normativo e simbólico configura-se em um objeto rico de informações a respeito do cotidiano da escola e da sociedade conquistense numa realidade multifacetada, moldada, construída e reconstruída pelos seus ex - alunos no município de Vitória da Conquista. Por isso o objeto desta pesquisa é investigar a História da Educação em Vitória da Conquista de 1930 a 1960 por meio dos fardamentos escolares.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Diferentes áreas de conhecimento vêm pautando suas discussões em torno da roupa, discutindo sobre o seu verdadeiro papel. Entretanto, percebe-se a carência de estudos que veiculem sobre o uso da roupa e a educação, deixando um vazio quanto ao entendimento do uniforme escolar como um objeto que, institucionalizado na interação social, reflete uma sociedade em constante transformação.

Surpreende o fato de haver poucos registros históricos ou mesmo estudos sistematizados, até a presente data, sobre o entendimento do uniforme escolar, enquanto uma indumentária que faz parte da cultura da escola.

Diferentemente do que prega o senso comum, a roupa não é apenas uma determinação da indústria têxtil nem uma simples consequência da vaidade humana. Trata-se de um rico objeto de estudo que cada vez mais passa a ser encarado com seriedade, pois possui estreitas relações com os principais acontecimentos históricos.

A importância de se estudar o uso do uniforme no cotidiano de alunos que estudaram na década de 30 a 60, situa-se no sentido de contribuir com os estudos de História da Educação, no que concerne à instituição e o uso de uniformes, visto que há um vazio nos estudos de História da Educação e o uso do fardamento como um objeto que, institucionalizado na interação social acaba por refletir a sua dinâmica.

O empreendimento histórico de investigar os significados das experiências vividas por estudantes quando usavam o uniforme escolar, representa de algum modo, a tentativa de desvendar da trama cotidiana na escola e das ações e relações, o sentido social das roupas como elemento de identificação de pessoas, seus usos significativos para a proteção, o pudor, a moda, sua utilização para categorizar idades, estilos, profissões, sexos, sociedades, festas, posição e papéis sociais.

Em termos teórico-pedagógicos, estudar o uso do uniforme em Vitória da Conquista vem ao encontro da compreensão, na história e na cultura, dos

processos pedagógicos e administrativos que instituíram o uniforme escolar, suas finalidades e uso.

A escola como local privilegiado do cultivo da disciplina e do aprendizado da ordem aparece como lugar solene, de comedimento de gestos, de contenção de posturas e por isso, necessita de uma indumentária que imponha elementos constrictores do comportamento individual dos alunos.

O fardamento passa a ser usado pela sociedade, ao longo da história, como instrumento ideológico de funcionalidade, ordem, passividade e principalmente de disciplina de corpos e comportamentos, permitindo a emergência de estratégias destinadas à submissão do aluno de forma objetiva e simbólica. Tem a funcionalidade ordenadora, reguladora, regulamentadora e, sobretudo, transformadora das mentalidades.

É neste contexto que o uniforme escolar não pode ficar isolado do conjunto do sistema da realidade material da escola, ele alarga a compreensão da dinâmica cultural, valoriza a sua topografia social e distingue as situações cotidianas de identidade, na medida em que envolve situações de formação individual e social, caracterizando uma dada cultura em sua forma de ser e de vir a ser, de construir vivências de instituições escolares e dos alunos em seus grupos sociais.

Então, por qual motivo o uniforme escolar permanece oculto?

Esta pesquisa procura historicizar os diversos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais a partir dos fardamentos como mecanismo material que traz consigo um significado próprio e uma linguagem que diferenciam os diversos grupos, principalmente em Vitória da Conquista.

A pesquisa representa, igualmente, uma tentativa de montar o “quebra-cabeça” ou aproximar fragmentos históricos que remontem falas, vivências, lembranças e o cotidiano educacional conquistense, visto que, pouco foi pesquisado sobre a História da Educação na região do Sudoeste da Bahia. As pesquisas historiográficas na Bahia por muito tempo se limitaram ao Recôncavo e



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

somente nas últimas décadas vêm divulgando pesquisas sobre o interior do Estado.

Este projeto deseja colaborar com estas iniciativas de divulgação.

A iniciativa é viável porque existe uma gama de fontes de fácil acesso ao pesquisador (jornais de época, arquivos escolares, relatos orais, fotografias, etc), além da busca por subsídios teóricos e documentais que permitam compreender melhor a temática no que diz respeito aos aspectos históricos e sociais da educação na Bahia e em Vitória da Conquista.

Para fins didáticos e metodológicos, a delimitação do tema se dá sob a perspectiva dos fardamentos, mas não inviabiliza o entendimento da História da Educação em seu sentido mais amplo.

O marco inicial foi definido a partir da implantação da primeira escola pública, da qual se tem registro, inaugurada na década de 30 do século XX no “Sertão da Ressaca”. O marco final será o ano 60, momento em que inaugura uma ação polarizadora da cidade sobre as circunvizinhas. O limite geográfico foi a própria cidade de Vitória da Conquista, sem deixar de considerar dados importantes de regiões circunvizinhas que venham contribuir para melhor aprofundamento do objeto pesquisado.

É desta forma que investigar a História da Educação em Vitória da Conquista a partir da criação, normatização e uso do fardamento implicam percorrer um movimento de reconstituição da história social da roupa como elemento de identificação pessoal, seus usos significativos, sua utilização para categorizar idades, estilos, profissões, sexos, festas, sociedade, posição papéis sociais. Além disso, entender a cultura da escola pela análise de um de seus elementos, é um dos meios possíveis para se compreender as dimensões da vida escolar no seu cotidiano.

Pretendemos, assim, investigar a História da Educação em Vitória da Conquista, a partir dos fardamentos escolares. Ademais, pretendemos: evidenciar

como o uso do fardamento cria na cultura um padrão de comportamento, espírito de ordem, disciplina, adaptação e civismo; compreender a diferenciação de grupos sociais, a partir de tipos de tecidos, material usado na confecção e modelos de fardamentos escolares em Vitória da Conquista; estudar sobre o uso do fardamento como instrumento ideológico usado por diversos grupos sociais na manutenção dos *status quo*; e, finalmente, analisar aspectos econômicos, políticos e sociais de Vitória da Conquista.

MATERIAL E MÉTODOS

Se um dos intuitos de um relato histórico é nos auxiliar a imaginar os acontecimentos passados, o estudo das vestimentas possibilita com muita eficiência representar uma época e condensar traços significativos de expressões do tempo. Ao descrever a história das roupas, a presente pesquisa pretende destrinchar aspectos que vêm tecendo a história cultural dos homens. Para isso, procura-se adotar uma abordagem processual dos movimentos, costumes e comportamentos, traduzindo a função social da roupa no decorrer da história e na organização das sociedades.

As roupas demonstram modos como a sociedade pensa e as escolhas por esses modos são expressões culturais ou percepções de como as pessoas ou grupos sociais se vêem e vêem aos outros, por isso se tornam um bem cultural. Como bem cultural ele está inserido em diversos contextos como político, econômico e social.

Uma reflexão histórica da temática nos possibilita compreender mais nitidamente como o fardamento foi instituído no contexto educacional, quais classes foram beneficiadas com a sua institucionalização e como o seu uso acaba por inculcar nos indivíduos novos modos de comportamento e mentalidade.

Uma fonte importante para adentrarmos de forma mais ampla na História da Educação brasileira é a autora Otaíza Romanelli (1980) evidenciando como a

organização do ensino foi modificada por influência da economia e da política e a influência da herança cultural dos jesuítas na conservação dos valores e posturas do povo, além de fazer um breve resgate histórico desde o século XVI até a segunda metade do século XX.

Também Barthes, Áriès e Manoel direcionam a temática para o uso do fardamento escolar mostrando o papel da moda na reprodução das práticas disciplinadoras e coercivas.

Barthes (1979), afirma que a roupa é transformada em um fator determinante das sociedades, com significados diferentes para sua utilização desde os povos primitivos, como a etiqueta, a higiene e as boas maneiras e sinalizam as diferenças entre classes sociais. A roupa corresponde, neste aspecto, ao ócio e ao luxo da burguesia e exerce um papel de extrema importância, pois representa a possibilidade de conquistar uma posição social respeitável.

Estas transformações são também relacionadas à integração e à distinção entre os grupos sociais. Como somente a classe alta tem condições de adotar determinados tecidos e estilos, a roupa simboliza o nível econômico de quem a veste. As classes menos favorecidas conseguem, muitas vezes, imitar esse tipo de vestuário, obrigando a elite a variar o estilo ou recorrer a elementos mais difíceis de copiar, para manter visíveis os traços que a distinguem de outras.

Áriès (1981), em consonância com Barthes, ajuda a compreender, ainda, que a sociedade e a escola, cada uma ao seu tempo e em sociedades e culturas diferentes, criam, em sua materialidade, formas disciplinadoras dos indivíduos e alunos, normas que os obrigam a manter um comportamento desejado pelas instituições por meio da criação de indumentárias específicas, no contexto escolar – o fardamento.

Manoel (1996) compartilha suas idéias com Barthes no sentido de que a roupa é uma forma de disciplinarização de corpos e de traduzir modos como a sociedade pensa. A escola, ao longo dos séculos, criou, de maneira distinta e, na



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

maioria das vezes como forma disciplinadora dos alunos, normas que os obrigam a manter um comportamento desejado pela instituição, entre elas, o uso do uniforme.

No Brasil, a roupa sempre foi influenciada por uma ideologia conservadora segundo os preceitos e valores morais da Igreja Católica que, desde o período colonial, desenvolveu um modelo de educação no Brasil baseada na submissão e na ordem. Estes preceitos seriam absorvidos na escola por meio da prática de virtude, conhecimento das verdades religiosas e aprendizado dos bons exemplos preservados ao longo da história, para, enfim, formar pessoas cultas, sociáveis e cristãs que difundissem os valores do conservadorismo católico na sociedade.

Para o autor, o Estado financiou, juntamente com a oligarquia, as escolas católicas com a finalidade de suprir a insuficiência da escola pública em troca de um ensino que inculcasse espírito de obediência, patriótico e respeitador à ordem constituída pelo Estado.

Mesmo com a elaboração de inúmeras teorias visando renovar as práticas educacionais no século XX, fica notável a resistência da Igreja em permitir o ensino de outro programa voltado mais para as ciências, que conseqüentemente promoveria uma mudança de mentalidade muito profunda. A Igreja sempre entendeu que era necessário educar solidamente a elite no cristianismo, para que ela pudesse conduzir o restante da população neste caminho.

Foi neste jogo de interesse que o fardamento escolar se tornou um importante instrumento que a Igreja Católica encontrou para concretizar seu projeto de disciplinarização de corpos e almas, além de demonstrar que a maioria que freqüentava as poucas escolas existentes eram aqueles que detinham o poder e as condições financeiras favoráveis.

A farda, quando usada, transmitia mensagens que marcavam a diferença entre aqueles privilegiados que estavam tendo acesso à educação escolar e os que estavam à margem da escolarização, e ainda, para os que estavam dentro do



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

contexto escolar, essa distinção representava uma distinção de classe social na cidade, sendo os que o usavam integrantes da elite. Assim, o fardamento diário, a roupa de sair e a farda de gala têm suas simbologias no ambiente sócio-cultural em que se convive impondo disciplinamento e muitos outros elementos socializadores.

No que se refere às produções historiográficas de Vitória da Conquista, o Museu Regional, formado por uma equipe de pesquisadores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, está juntando esforços no trabalho de registro e recuperação da memória regional. São passos ainda tímidos, mas importantíssimos nesta construção. Nos últimos anos, pesquisadores como Livia Diana Magalhães, Rui Hermann Araújo Medeiros, Ana Palmira B. S. Casimiro, Heleusa Figueira Câmara, Humberto J. Fonseca, Edinalva Padre Aguiar, Ana Emilia Quadros Ferraz, Isnara Pereira Ivo e outros, com enfoques interdisciplinares, trabalharam a história conquistense em suas teses de Mestrado e continuam publicando suas pesquisas.

A abordagem utilizada neste projeto é de natureza histórica e dialética visando conhecer a essência de determinada realidade numa teia de relações históricas, sincrônicas e diacrônicas no qual o objeto está inserido. Também visa requalificar os sujeitos históricos como atores que, no seu cotidiano, reconstituem as práticas culturais de seus grupos, refletindo uma identidade social de relação de pertencimento. Os sujeitos assumem a função de portadores de memória privilegiada não apenas de forma particular, mas, principalmente, coletiva.

O ponto de partida desta pesquisa é o conceito de História Cultural como um movimento de renovação na história, criado por Marc Bloch e Lucien Febvre no período entre-guerras na França. Este movimento foi denominado por Escola dos Annales e se tornou um marco na produção historiográfica, na medida em que rompia com a história positivista do século XIX desenvolvendo “novos campos de saber, plurarizando objetos de estudo da história, flexibilizando fronteiras e

ampliando possibilidades de assimilação de elementos das disciplinas vizinhas”. (CARDOSO E VAINFAS, 1997, p. 31).

Annales promoveu, desta forma, uma renovação das ciências tradicionais e a interdisciplinaridade entre os campos de saber. Vários historiadores se dividiram em diversas alternativas de produção do saber histórico usando da interdisciplinaridade para ampliar o universo histórico. Propuseram modificar o campo de análise da História, seus métodos, sua compreensão de tempo assimilando conceitos e técnicas da Economia, da Antropologia, da Sociologia, da Psicanálise, da Linguística e da Comunicação.

Novas fontes de pesquisa foram apresentadas como relações de salários, listas de preços, certidões de nascimentos, casamentos, contratos, testamentos, inventários, fontes arqueológicas, pictóricas, fotográficas, iconográficas, cinematográficas, numéricas e orais, procurando preencher as lacunas e silêncios das fontes históricas. Até a vida cotidiana passa a ser valorizada como elemento de análise dos sistemas históricos que ajudam a compreender o seu funcionamento.

Temos como expoente na primeira geração da História Cultural, Roger Chartier, o qual afirma ser o principal objeto da história cultural identificar como, em cada lugar ou momento, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler determinada pelos interesses de determinado grupo social. Para alcançar tal objeto, é necessário, diz o autor, vários caminhos: “O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Surge o conceito de cultura enquanto prática a ser estudada pelas categorias de representação e apropriação. A prática visa reconhecer uma identidade social e uma maneira de estar no mundo. A apropriação se torna uma história social das interpretações remetidas para as suas determinantes fundamentais, enquanto o conceito de representação passa a ter sentido a partir

das práticas culturais e as classes e grupos só adquirem sentido nas configurações que as constroem.

Para o autor, variáveis como classes ou os meios intelectuais, criam representações do mundo social, que não são, de forma alguma, discursos neutros: “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Os discursos visam produzir um conjunto de práticas e estratégias que impõem uma autoridade às custas dos outros, legitimando projetos ou justificando condutas e escolhas. As representações, neste conflito de classes, vão sendo deturpadas e acabam se transformando em um eficiente instrumento de hierarquização, ordenação, submissão, constrangimento e respeito.

A sistematização do conceito de História cultural passa a ser “a análise do trabalho de representação, ou seja, das classificações e das exclusões nas suas diferenças radicais as configurações sociais” e também “com um estudo dos processos com os quais se constroem um sentido”. (CHARTIER, 1988, P. 27).

Outra abordagem que revisa os pensamentos teórico-metodológicos mais recentes é a de Lynn Hunt. Segundo essa autora, nos últimos anos, contribuiu para a ascensão da história social a ênfase dada à história da cultura. Para Hunt, o mais surpreendente exemplo do desvio dos historiadores marxistas para a cultura foi o seu crescente interesse pela linguagem.

É feita uma síntese sobre os principais autores que se destacaram nas quatro gerações da Escola de Annales. Destaca as diversas vertentes desenvolvidas por Braudel, Chartier, Revel, Carr, Rudé, Foucault, Ladurie e Goubert, Thompson, Sewell, Robim, Scott, Furet e Darnton, entre outros, na trajetória histórica da História Cultural.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Para a autora, na abordagem da História Cultural, os aspectos particulares da realidade são percebidos como um conjunto abordado sob muitos pontos de vista com diferentes métodos, extrapolando os limites do fato histórico voltados para as grandes comemorações, os heróis e líderes ou instituições políticas. Na investigação histórica surge novos objetos como a crenças e comportamentos religiosos, rituais sociais, festas, literatura popular, mundo rural, funcionamento escolar, composição social, vida cotidiana das mulheres, operários e grupos étnicos, seus modos de viver, sentir e pensar. Enfim, fragmentos do global da sociedade, da economia, da política e da cultura de cada organização social.

A História Cultural passa a representar um avanço na interpretação da sociedade, mesmo com muitas críticas recebidas de diferentes vertentes teóricas. Busca compreender como funciona uma coletividade em termos temporais, econômicos e culturais. Uma história total, como ciência interpretativa que busca ler e obter significados. As práticas dependem das representações utilizadas pelos sujeitos para darem sentido ao seu mundo.

Ela avança na discussão dos “caminhos” da história, ao sintetizar o pensamento dos chamados “historiadores da quarta geração dos Annales” que rejeitam considerar mentalidades como parte de um terceiro nível de experiência histórica. Compreende a autora que, para eles, o terceiro nível, ou seja, as ideologias e as mentalidades são, também, determinantes da realidade histórica. Também enfatiza que o programa da História Cultural foi se esvaziando ao longo do tempo por não possuir enfoques mais claros em seus aspectos teóricos-metodológicos de trabalho.

No caso do estudo aqui apresentado, utilizamos também as categorias teóricas de Foucault para refletir um pouco mais em torno do uso dos fundamentos escolares. Foucault (1998) aborda a questão afirmando que o uso do fundamento é uma maneira pelos quais os indivíduos, formando novos hábitos e aceitação de regras sociais, são disciplinados, garantindo a ordem, sem o emprego da força

física. Uma das manifestações desta materialização dos conflitos simbólicos é a disciplinarização dos corpos e mentes visando impor uma relação de docilidade, sujeição, controle de hábitos e comportamentos.

Estes trabalhos demonstram as relações entre instituição militar, a religião, o trabalho e a escola do ponto de vista da vigilância, do disciplinamento e adestramento dos corpos, enfim, do exercício do poder e da resistência que se manifesta nas relações humanas, nos seus mais insignificantes e menores elementos, desde a definição dos espaços até às formas de utilização destes. “Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder.

Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina e que obedece”. (FOUCAULT, 1998, p.117).

Foucault identifica que a disciplina organiza o espaço e, deste modo, adestra corpos. O espaço opera o controle e a disciplina, de forma flexível e sutil, os professores e alunos na escola, constituindo-se em mecanismo de controle e exercício de poder. Estas disposições permitem conhecer, dominar e vigiar o comportamento de cada um. O autor diz que com a determinação dos lugares individuais e coletivos introduzidos no ensino elementar, a partir do século XVIII, tornou-se possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos.

Em suas obras, este autor organiza as estratégias de aprendizagem que faz do espaço escolar um eficaz mecanismo de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de punir ou recompensar. “A disciplina, a arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”. (p. 125). Com as leituras de Foucault, organizou-se uma nova economia do tempo de aprendizagem, fazendo do espaço escolar uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de punir ou recompensar.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Acreditamos que os horários, os espaços, a elaboração temporal dos atos e a articulação corpo-objeto, tal como expostas por Foucault na perspectiva do ordenamento e controle das atividades individuais e coletivas, encontram-se presentes no imaginário dos ex-alunos, desde a definição do tempo diário de trabalho escolar, às normas de comportamento em classe e nos espaços livres da escola, às filas de entrada e saída, o uso obrigatório do uniforme com modelo específico por idades e atividades, etc. “Um corpo bem disciplinado forma o contexto de realização de mínimo gesto. O ritmo imposto por sinais, apitos e comandos impunha a todos, normas temporais que deviam ao mesmo tempo acelerar o processo de aprendizagem e ensinar a rapidez como uma virtude” (p.131).

Estamos utilizando, como instrumento de coleta de dados, entrevistas com pessoas de notório saber que vivenciaram o período histórico recortado na pesquisa, como alunos, pais e professores. Além disso, estão sendo realizadas leituras de teses, revisão de literatura, marco teórico e geográfico, pesquisas em jornais de época, arquivos escolares, internet, Biblioteca Nacional, relatos orais, acervos particulares, fotografias, além de outros. Dando primazia aos documentos do período recortado, no entanto, não relegando qualquer outro conteúdo que possa beneficiar o estudo.

Todo o trabalho desenvolvido prioriza o uso da memória, imagens e relatos orais dos entrevistados, que possibilitem um resgate e construção Histórica da Educação em Vitória da Conquista, a partir do fardamento escolar, constituindo-se em um desafio sobre o olhar que ultrapasse a mera ilustração dos que as projetam, atribuindo-lhes vida mediante o relato oral.

Estão sendo sistematizados elementos teóricos e empíricos qualitativos que permitirão contextualizar, analisar e interpretar o tema em questão, evidenciando autores como Halbwachs e Souza que destacam a relevância da documentação



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

iconográfica e os relatos de memória coletiva para o estudo da história da educação.

Para Halbwachs (1992) numa realidade dinâmica, múltipla e plural, a produção histórica necessita ampliar suas alternativas de interpretações, alicerçando-se não apenas em bases documentais escritas, mas também na memória, por isso, as pesquisas baseadas na memória vêm ocupando espaço de destaque na produção do saber. A memória, nessa visão, assume função de reconstituição do passado numa perspectiva cronológica de evocação e recordação de determinada época, representando o lado subjetivo do nosso conhecimento do mundo e das coisas.

A noção de tempo adquire um novo elemento: certo grupo social promove uma continuidade do passado no tempo presente. O tempo da memória não é o tempo do evento, mas o tempo de um determinado grupo social, suporte da memória. Isto significa afirmar que o sentimento de pertencimento de grupo garante a perenidade da memória. Só se mantém viva na memória experiências vivenciadas por sujeitos que se sentem ligados ao grupo a que pertencem e ainda se recordam no tempo presente como pertencentes àquele grupo. A memória passa a ser relacionada com a vida social, sem rupturas ou fragmentações. É viva na consciência do grupo que a mantém (HALBAWACHS, 1992 *apud* AGUIAR 2002).

Sobre o uso da documentação iconográfica nas pesquisas sobre história da educação, Souza (2001) afirma que o uso de fotografias é uma outra possibilidade de interpretação da realidade, um instrumento de reconstrução de memória coletiva. As fotografias evocam um passado constituído de muitas outras imagens e experiências vividas, além de expressar um padrão identitário da escola, reforçado socialmente por práticas e símbolos, como por exemplo, o fardamento escolar.

As imagens escolares são umas riquíssimas fontes de pesquisa sobre cultura escolar.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Demonstram singularidades e identidades compartilhadas e representam uma cultura veiculadora de conhecimentos, símbolos, valores e normas. A pesquisa será feita no município de Vitória da Conquista, historicizando o período de 1930 até a década de 60, buscando registrar o processo histórico e recuperar as vivências memórias do povo conquistense.

Como um dos aspectos da História Cultural, o estudo da história regional e local aparece como uma abordagem alternativa de se compreender a história não como um somatório de histórias regionais ou reflexos de um sistema circundante e seus fatores, mas como fonte enriquecedora de articulação de conhecimento do contexto nacional. A vinculação entre o nacional e o regional/local favoreceria uma melhor articulação e intercomplementação da história.

Neste contexto de pesquisa, Vitória da Conquista é um município que se localiza na região do Planalto de Conquista, Sudoeste do Estado, numa altitude superior, a mais de 900 metros do nível do mar. Sua fundação está marcada pela presença de alguns portugueses que chegaram à região do planalto do sertão da Bahia, aproximadamente dois séculos depois da colonização brasileira (documentos datam a chegada dos desbravadores por volta de 1780) em busca de ouro e outros metais preciosos²⁴³.

Ao chegarem à região encontraram resistência dos índios Mongoiós, Imborés e Pataxós que viviam nesse território e que bravamente defenderam sua cultura, suas origens e suas famílias do branco invasor. E nas sucessivas batalhas os métodos mais traiçoeiros foram usados para o extermínio completo da

²⁴³ Aguiar (1999) ressalta que esta tarefa estava designada ao Capitão João Gonçalves da Costa e o Mestre de Campo João da Silva Guimarães, líder da Bandeira responsável pela ocupação territorial do sertão.

² Ao chegarem à região encontraram os índios Mongoiós, Imborés e Pataxós, tribos indígenas que originalmente viviam nesse território e após muitas batalhas, as tribos praticamente foram extintas e os sobreviventes escravizados. Apenas a tribo dos Pataxós fugiu para a região sul do estado.

³A história do município passa a ser marcada por grandes disputas pelos poder local, monopolizada pelos grandes fazendeiros da região. Estes, além de deter o poderio econômico e político, influenciavam até mesmo padrões de comportamento social.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

população indígena. Destaca-se o “Banquete da Morte” nos quais inúmeras famílias das diversas tribos foram atraídas para um banquete envenenado, morrendo logo após. Aqueles que não morreram envenenados foram cercados e mortos por armas de fogo.²

O pequeno arraial, por motivações econômicas, começa a exercer a atividade de criação de gado, visto que não foi encontrado ouro. Aproximadamente cem anos depois de criado o arraial de Conquista, pela Lei Provincial Nº. 124, de 19 de maio de 1840, foi elevado a Vila e Freguesia, com território desvinculado do município de Caetité, em nove de novembro do mesmo ano. A vila tornou-se cidade em 1º de Julho de 1891, deixando de ser a Imperial Vila da Vitória para ser a cidade de Conquista.³

Os grandes proprietários de terras, sem a intervenção da Coroa, durante todo o século XIX passam a administrar a região, promulgando leis e fazendo justiça. Grupos lutavam pelo poder local, que além de garantir o gerenciamento do município propiciavam o domínio sobre setores subalternos. Essas brigas entre famílias locais foram fortemente existentes até a década de 20 do século XX, como o exemplo do conflito entre os “Meletes e Peduros”, no qual provocou a morte de inúmeros integrantes de ambas as famílias.

A história local, na década de 30, foi marcada pela presença do coronelismo iniciado no período colonial e muito evidente da Primeira República. Essa manifestação do poder privado sobre o público começa quando João Gonçalves da Costa, então capitão é elevado coronel devido aos grandes feitos no Sertão da Ressaca. A partir de então, as patentes passam a ser usadas pelos descendentes como tradição criada com a Guarda Nacional (AGUIAR, 1999).

Os descendentes e comandados de João Gonçalves da Costa começam a agir como se fossem herdeiros das terras e, portanto, legítimos para ocupar e privatizar. Esse território, tratado como privado é transferido aos seus herdeiros que pouco a pouco é vendido às famílias de outras regiões, controlando a posse da



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

terra e as atividades econômicas. O entrelaçamento entre as famílias locais e as vindas de outras regiões promoveu um número muito grande de integrantes, sendo esse um fator importante para o fortalecimento e hegemonia do poder político local. A influência do coronelismo vai ser percebida até 1950.

Com a redemocratização do país iniciada na década de 30, Conquista começa a crescer muito e se destacar no cenário baiano. O projeto inicial era acabar com o sistema de coronelismo e alternar o poder político a outros segmentos sociais. Na prática aconteceu a aproximação dos interventores nomeados pelo presidente Getúlio Vargas com os políticos locais, no intuito fortalecer as alianças, inalterando as práticas políticas existentes no coronelismo.

Os longos períodos de seca aumentavam o número de miseráveis e desempregados, poucas estradas foram construídas, inexistência de escolas, energia elétrica e abastecimento de água, mostrando o descompromisso dos políticos para com a população.

A partir da década de 40, o quadro socioeconômico começa a ser modificado por meio da construção da rodovia Rio-Bahia e estradas Ilhéus-Lapa que ligavam várias regiões do estado e ampliavam as relações comerciais. Novos agentes sociais foram atraídos para o local e “essa nova camada social populacional, ao inserir suas idéias e pensamentos, passam a funcionar como agente democratizador em relação à ordem vigente, por terem suas atividades voltadas para o centro urbano, se distanciaria da influência do fazendeiro”. (AGUIAR, 1999). Mas as relações políticas continuam vinculadas às bases oligárquicas que mudam de tática e voltam seus olhares para a zona urbana com promessas de melhorias sociais.

A década de 40 também é marcada pela economia da pecuária que se firmou como principal atividade, além da agricultura e do comércio. Com esta nova base econômica, a cidade cresce em níveis populacionais e geográficos promovendo uma abertura política na qual se reorganizaram os primeiros partidos políticos. Em



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

dezembro de 1943, através da Lei Estadual Nº. 141, a cidade de Conquista passou a ser chamada de Vitória da Conquista.

A década de 50 se destaca pelas mudanças políticas ocorridas em cenário nacional e local.

Getúlio Vargas retorna ao poder como presidente da República, fazendo com que os coronéis se adequassem às novas mudanças apresentadas. Surge uma reestruturação dos principais partidos PSB e a UND apoiando-se em personagens políticos locais.

Em Conquista ocorreram duas campanhas eleitorais em 1950 e 1954, elegendo Gerson

Sales do PSB e Edvaldo Flores, ambos do PSB. A cidade obteve grandes ganhos com o mandato desses prefeitos. No governo de Gerson Sales a administração voltou-se para as necessidades da zona urbana como a “aberturas de ruas, construção de calçamentos, construção do cemitério local, campo de aeroporto, biblioteca municipal, serviço de energia elétrica e abastecimento de água, construção da Escola Normal, maternidade e o ginásio”. O governo de Edvaldo Flores também esteve voltado para o melhoramento da qualidade de vida da população urbana, uma de suas maiores obras foi a construção do “Jardim das Borboletas”. (AGUIAR, 1999, p. 152).

O Marco inicial da pesquisa foi definido a partir da implantação da primeira escola pública em Conquista, da qual se tem registro, ou seja, a partir da década de 30, e o marco final foi fixado no ano de 60, momento que inaugura uma ação polarizadora da cidade sobre as circunvizinhas, novas formas de parcelamento do solo, em incorporação de novas áreas à malha urbana, sendo, igualmente, uma década que presenciou um surto econômico e modernizante inteiramente novo, principalmente com a implantação da lavoura cafeeira, em conjuntura coincidente com o lapso da crise do milagre econômico brasileiro.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

CONCLUSÕES

Diferentes áreas de conhecimento vêm pautando suas discussões em torno da roupa, discutindo sobre o seu verdadeiro papel. Entretanto, percebe-se a carência de estudos que veiculem sobre o uso da roupa e a educação, deixando um vazio quanto ao entendimento de o uniforme escolar ser um objeto que, institucionalizado na interação social, reflete uma sociedade em constante mutação.

Diferentemente do que pensa o senso comum, a roupa não é apenas uma determinação da indústria têxtil, nem uma simples consequência da vaidade humana. Trata-se de um rico objeto de estudo que cada vez mais passa a ser encarado com seriedade, pois possui estreitas relações com os principais acontecimentos históricos.

Por se tratar de um projeto de pesquisa e sem a completa coleta de dados, ainda não foi possível obter reflexões consistentes, entretanto algumas considerações merecem ser assinaladas: A introdução do uso da farda no contexto escolar não foi por questão de vaidade, ela tinha um propósito muito forte de disciplinarizar e padronizar comportamento. Os alunos, vivenciando uma época de predominância do conservadorismo de valores morais, interiorizavam o uso do fardamento sem a percepção crítica de suas verdadeiras intenções. As leituras realizadas por Foucault demonstram bem como o poder simbólico acabam transformando as mentalidades e atitudes dos sujeitos.

A memória deste passado remonta, no presente, à mentalidade da época, no qual o fardamento também era visto como diferenciador de classe por meio das descrições dos detalhes dos modelos, a quantidade de peças, os tecidos, o comprimento e a limpeza.



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

Todas estas escolhas diferenciavam segundo a posição social de cada sujeito no seu grupo.

Modelos “mais requintados” eram usados pela elite, enquanto os modelos “mais simples” eram utilizados por sujeitos de menos condições financeiras, seguindo sempre uma hierarquia social. Como somente a classe alta tinha e tem condições de adotar determinados tecidos e estilos, a roupa simboliza a situação econômica de quem a veste e por isso se torna necessário manter visíveis os traços que a distinguem de outras.

Além disso, foi possível observar, nos relatos de memória, que os horários, os espaços, a elaboração temporal dos atos e a articulação corpo-objeto, na perspectiva do ordenamento e controle das atividades individuais e coletivas, encontram-se presentes no imaginário dos ex-alunos, desde a definição do tempo diário de trabalho escolar, às normas de comportamento em classe e nos espaços livres da escola, às filas de entrada e saída, o uso obrigatório do uniforme com modelo específico por idades e atividades, etc.

Desta forma, o campo de estudo nesta área é vastíssimo. Existem inúmeras relações da escola, da roupa e sociedade que ainda não foram sistematizadas em pesquisas científicas. É da alçada de pesquisadores dos diversos campos do saber contribuir nesta construção, principalmente sobre a História da Educação no município de Vitória da Conquista.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Edinalva Padre et alli. *Política: o poder em disputa*. Vitória da Conquista. Vitória da Conquista, Ba: Museu Regional de Vitória da Conquista, UESB, 1999 (Série Memória Conquistense).



ISSN: 2175-5493

VI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

27 a 29 de novembro de 2006

_____. *Recortes de memória: cultura, tradição e mito em Vitória da Conquista e região*. Vitória da conquista, Ba: Museu Regional de Vitória da Conquista, UESB, 2002, (Série Memória Conquistense, nº. 6).

Áriès, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARTHES, Roland. *Sistema da moda*. Trad. Lineide do Lago Salvador. São Paulo: USP, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Lisboa; DIFEL, 1988 (Coleção Memória e Sociedade).

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREIRE, Letícia de Freitas Cardoso. *Cá entre nós! Deixa que eu seja eu*. Um estudo de caso sobre os usos que alunos do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros/MG fazem do uniforme escolar. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica. Belo Horizonte: 2004.

HALBAWACHS, M. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HUNT, Lynn. *Na nova história cultural*. Tradução Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (Coleção O Homem e a História).

MANOEL, Ivan A. *Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo*. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Rosa Fátima. *Fotografias escolares: a escrita de imagens na história da escola primária*. *Educar em Revista*: Curitiba, Editora da UFPR, nº 1, jan. 2001.